

O NEOLIBERALISMO, NO BRASIL, REDEFININDO A FIXIDEZ E A FLUIDEZ

Murilo Medici Navarro da Cruz¹

1. As contradições do capital e a produção de um espaço homogêneo e fragmentado.

O capital é uma relação social. Para que esta relação social se efetive é preciso que ocorra a valorização, já que o capital é o valor que se valoriza. Para que haja valorização é necessário que se acrescente mais valor ao valor pré-existente, ou seja, é necessária a produção de um excedente.

A produção do excedente em sociedades não-capitalistas – ou em situações nas quais as relações capitalistas de produção não são predominantes – é realizada, quando há divisão social do trabalho, através de formas de coerção não-econômicas, isto é, através da extração violenta do excedente, como no caso da escravidão e da servidão. Quando isto se dá o excedente é extraído em forma de produto, de valores-de-uso, isto é, coisas que foram produzidas pelo escravo ou pelo servo mas que não serão por eles utilizadas. O que importa em uma sociedade na qual predomina esta forma de produção do excedente não é a valorização, mas o excedente em forma de produto. Nas sociedades nas quais predominam as relações capitalistas de produção, ao contrário, o que importa não é o excedente em forma de produto, mesmo porque os produtos nela produzidos não são meros produtos, são, isto sim, mercadorias.

Como podemos encontrar nos primeiros capítulos de *O capital*, a mercadoria é constituída pelo valor-de-uso e pelo valor-de-troca. O valor-de-uso é o conjunto das propriedades materiais que a mercadoria possui para que alguém queira ou precise comprá-la. Por sua vez, o valor-de-troca é a propriedade que a mercadoria possui de poder ser trocada por qualquer outra mercadoria. Como a troca entre as mercadorias se dá em termos de quantidades equivalentes, numa troca é necessário que as mercadorias envolvidas sejam comensuráveis. Como as propriedades materiais são necessariamente diferentes (do contrário não haveria porque se trocar) elas não podem ser comparadas em termos quantitativos. Para que haja troca todas as propriedades específicas de uma mercadoria devem ser desconsideradas, isto é, deve ocorrer um processo de abstração. Neste processo de abstração o que resta é o *tempo de trabalho socialmente necessário* para produzir a

¹ Mestrando em Geografia Humana
Universidade de São Paulo
muriomedici@uol.com.br

mercadoria, isto é, o *quantum* de trabalho nela contido. Este quantum pode ser comparado quantitativamente com o das outras mercadorias e, desta forma, pode determinar a proporção na qual uma mercadoria deve ser trocada com outras. Ou seja, o tempo de trabalho socialmente necessário define o valor-de-troca das mercadorias.

Numa troca entre duas mercadorias é possível definir papéis diferentes para cada uma. Nas categorias de Marx tais papéis podem ser identificados pelos conceitos de forma relativa de valor e forma equivalente de valor. Basicamente, podemos definir que o papel de uma mercadoria é medir (forma equivalente) o valor da outra (forma relativa). Ou seja, o valor das mercadorias só se expressa nas outras com as quais elas são trocadas. Como na sociedade capitalista as trocas são feitas com o uso da mercadoria-dinheiro, esta adquire o papel de equivalente geral. Ou seja, nas relações de troca entre as mercadorias e o dinheiro é sempre este último que tem a capacidade de expressar o valor que na realidade está nas mercadorias. Portanto, o dinheiro se torna riqueza abstrata, ao representar a possibilidade de acesso à riqueza social.

Isto significa que a cisão presente na mercadoria entre valor-de-uso e valor-de-troca, dá origem a uma forma social de riqueza que é abstrata e que, portanto não tem que coincidir, necessariamente, com a produção de bens materiais. É perfeitamente possível que a produção destes bens, no capitalismo, não resulte no processo de valorização. Da mesma forma que é possível que a valorização seja percebida em outros âmbitos que não na fábrica propriamente dita. Um bom exemplo disto é o capital a juros, cuja valorização parece se dar de forma imediata, isto é, D-D' (dinheiro gerando dinheiro ampliado).

Esta aparência, no entanto, é ilusória, já que no processo de valorização considerado na totalidade do modo de produção capitalista, o valor pré-existente deve ser adicionado de mais valor para que se efetive como capital. Este valor a mais tem de vir de algum processo de produção de valores-de-uso, uma vez que o valor representado no dinheiro não está efetivamente nele, mas sim nas mercadorias que ele pode comprar. Por isso, para se efetivar o capital é necessário o clássico percurso apontado por Marx, o dinheiro tem de ser trocado pelos fatores de produção (meios de produção e força de trabalho) para que seja realizado o processo de produção e, conseqüentemente, o de valorização, para em seguida se tornar novamente dinheiro, agora ampliado. Tal processo pode ser sintetizado na fórmula D-M-D'.

Ao ser aplicado na produção de mercadorias, parte do dinheiro se transforma em capital constante (meios de produção e insumos) e outra parte se transforma em capital variável (força de trabalho). O capital constante é identificado por Marx também como trabalho morto, já que é o trabalho social materializado em valores-de-uso que não podem sozinhos gerar mais valor, pois o valor a mais que será gerado só poderá vir da exploração

da força de trabalho. Isto é, da troca desigual na qual a força de trabalho gera mais valor do que recebe como salário. Por ter esta propriedade, a força de trabalho é identificada por Marx como capital variável e como trabalho vivo. Ao ser aplicado sobre o trabalho morto, o trabalho vivo cria a possibilidade de produção de mais valor, levando assim à possibilidade de efetivação da valorização e, portanto, do capital.

Pode-se identificar neste processo um movimento do capital, sendo num primeiro momento riqueza abstrata (dinheiro), daí passando às formas determinadas e concretas de riqueza (a mercadoria força de trabalho e a mercadoria meios de produção) e retornando novamente à forma de riqueza abstrata agora ampliada (o dinheiro ampliado). Há, portanto, uma relação entre fluidez e fixidez do capital. Em sua forma abstrata, o capital é fluido, mas para se efetivar como capital é necessário que ele se fixe durante o processo de produção, para em seguida se tornar fluido novamente.

Na passagem do momento de fluidez do capital para o de fixidez e vice-versa podem surgir obstáculos à efetivação da valorização. A transformação do dinheiro em fatores de produção, por exemplo, não é automática. Ao contrário, ela pode enfrentar uma série de dificuldades que podem levá-la a não se realizar da forma mais adequada para o processo de valorização. As matérias-primas podem estar com preços muito altos devido à escassez, pode haver problemas na hora de encontrar força de trabalho nas condições esperadas de preço e de habilidade. Estes e outros problemas podem surgir no momento da venda da mercadoria. Se houver um excesso de determinada mercadoria, o capitalista pode não conseguir vendê-la pelo preço adequado. Enfim, a valorização pode esbarrar em obstáculos vindos da realidade social na qual ela se insere.

Por isso o processo de efetivação do capital leva a uma constante revolução nas relações sociais pré-estabelecidas. Para que o percurso D-M-D` ocorra de forma adequada, as condições sociais determinadas de cada momento e de cada lugar têm de ser favoráveis e é o que elas tendem a se tornar de acordo com o desenvolvimento capitalista. Em termos marxistas mais clássicos, há uma relação dialética entre as forças produtivas e as relações de produção, de modo que as primeiras só podem se desenvolver modificando as últimas e vice-versa.

Com isso, as exigências do movimento de realização do capital não são sempre as mesmas, nem no tempo, nem no espaço. As variações no tempo podem ser percebidas através da existência de ciclos de desenvolvimento e de crise assim como de alternâncias de momentos nos quais o Estado está mais presente na regulação da economia para outros em que esta regulação passa a ser mais determinada pelas relações de mercado. Já em termos espaciais é interessante chamar a atenção para uma colocação de Henri Lefebvre, de acordo com a qual “na atualidade a forma essencial de contradição entre as relações de

produção e as forças produtivas” é, justamente, a produção de um espaço que é “ao mesmo tempo homogêneo e fragmentado”².

Nas cidades, o espaço é parcelado em propriedades e vendido como mercadoria, constituindo-se como importante momento para a realização da renda da terra e, portanto, do processo de acumulação. Esta mesma análise pode ser feita para a constituição das regiões e dos Estados nacionais. Em todos estes casos é importante perceber não apenas a fragmentação do espaço, mas a produção de fragmentos de espaço com qualidades especificamente importantes para a realização da acumulação capitalista. É possível verificar tal processo na formação de regiões industriais ou agrícolas, na constituição dos novos centros e das periferias, ou na divisão internacional do trabalho.

O papel do Estado moderno vem sendo fundamental neste processo, desde a sua criação na Europa, e principalmente com a sua mundialização. Aliás, este processo de mundialização do Estado produziu não um Estado-mundial, mas, sim, um *sistema mundial dos Estados*³. Neste processo se definiram os Estados nacionais e, conseqüentemente, delimitaram-se as economias nacionais, que se tornaram *momentos* do processo de acumulação em nível mundial.

Como vinha argumentando acima, para que se efetive o processo de valorização, o capital precisa passar por várias etapas no esquema D-M-D'. Como o processo de realização do capital – no desenvolvimento do capitalismo se tornando o modo de produção dominante – produz uma constante transformação das relações sociais para que o capital flua de forma adequada por estas etapas, cada uma delas tende a se transformar em um momento do processo de acumulação. Momento aqui não é entendido simplesmente como um instante temporal, mas, principalmente, como uma mediação entre o capital e sua efetivação. Isto é, no seu processo de realização, o capital tende a reduzir os elementos da realidade social na qual se insere a simples momentos de sua própria efetivação. Neste sentido, estes elementos tendem a ser incorporados ao movimento da realidade social de acordo com as determinações vindas da lógica do capital.

É neste sentido que, no processo histórico que gerou o sistema mundial de Estados e, conseqüentemente, as economias nacionais, se deu a produção de um espaço, ao mesmo tempo, homogêneo e fragmentado. As economias nacionais tendem a ser incorporadas à economia mundial como momentos da acumulação do capital e, desta forma, têm suas possibilidades limitadas pelas exigências desta acumulação.

2. A integração da economia brasileira na economia mundial durante o domínio do modelo fordista-keynesiano

² Cf. Lefebvre, *Tiempos Equivocos*, p. 236

³ Cf. Kosminsky e Andrade. *O Estado e as classes sociais*, p. 54.

A crise de 1929 marcou, no Brasil, o início de uma transição entre um modelo econômico primário-exportador – altamente dependente do comércio com os países centrais (tanto nas exportações de produtos primários como nas importações de bens industrializados) – e um modelo urbano-industrial. Este último se consolidou, principalmente após a década de 1950, através do que se convencionou chamar de nacional-desenvolvimentismo, uma política econômica de caráter keynesiano – na verdade uma versão periférica do modelo fordista-keynesiano implementado nos países centrais – e, em certo sentido, nacionalista.

É importante ressaltar a ambigüidade do caráter nacional. Por um lado, tal caráter fica abalado ao notarmos que o nacional-desenvolvimentismo foi implementado no Brasil por uma aliança entre capital nacional e capital internacional, aliança esta baseada na ação estatal no campo político – no qual são importantes elementos como o populismo e a ditadura militar – e no campo econômico – no qual a intervenção estatal colaborou com a promoção do crescimento da economia. Por outro lado, este modelo foi responsável por um processo de particularização do Brasil no contexto da economia mundial, particularização esta que atendeu aos interesses estabelecidos naquela aliança.

O modelo fordista-keynesiano havia se fundado através de uma aliança entre a burguesia, o Estado e a classe trabalhadora, nos países centrais⁴. Esta aliança levou à constituição de sociedades de produção e consumo em massa, baseadas na formação do Welfare State, nos constantes aumentos de produtividade e na distribuição de renda realizada pelos aumentos salariais, os quais também tiveram como resultado a inserção da maioria dos trabalhadores no mercado de consumo. Por um lado, tal aliança foi possível pela necessidade de se superar a crise do período entre-guerras. Por outro, ela foi necessária para afastar o “perigo” do socialismo num mundo ideologicamente dividido. Neste sentido, o modelo fordista-keynesiano, aliado ao padrão dólar-ouro criado no acordo de Bretton Woods, de 1944, promoveu o maior surto de desenvolvimento econômico da história do capitalismo, definido por Eric Hobsbawn como a era de ouro do capitalismo, e por outros autores como os “trinta anos gloriosos”.

Na periferia da economia mundial, no entanto, o fordismo chegou com formas bastante distorcidas. É preciso salientar que a queda das taxas de lucro produzidas pela aliança fordista levou o grande capital dos países centrais a buscar novas fronteiras para o desenvolvimento do capitalismo – nas quais as margens de lucro pudessem ser maiores – através da expansão das multinacionais. Mas também não deixa de chamar a atenção a migração do ideário socialista dos países centrais para a periferia do sistema. Se a melhoria de vida dos trabalhadores do centro tornava o socialismo uma ideologia “fora de moda”, na

⁴ Cf. Harvey, A condição pós-moderna.

periferia, a explosão das contradições do desenvolvimento capitalista produzida pela chegada das multinacionais levava a um acirramento dos embates ideológicos.

Para a elite brasileira era necessário realizar o processo de modernização, mas não era interessante reproduzir a aliança fordista, mesmo porque seria impossível compatibilizá-la com uma política econômica recuperadora baseada em idéias como a de “desenvolver o Brasil 50 anos em 5”. O que não significa que as demandas sociais não tenham se intensificado durante esta modernização. Mas foi justamente esta intensificação que levou o país à passagem do populismo – eficiente para o controle político até fins da década de 1950 – para a ditadura militar.

Mas há que se ressaltar no momento que o nacional-desenvolvimentismo foi capaz de atender aos interesses da aliança – entre o capital nacional e o capital internacional – que o fundou. O capital nacional conseguiu promover a modernização seletiva do país, formando um mercado de consumo interno com base não na distribuição de renda, à guisa dos países centrais, mas, sim, promovendo a inserção de pequenas parcelas da população, em todo o território nacional, no mundo do consumo de bens duráveis. Ou seja, inseriu-se no modelo de consumo em massa uma pequena parte de uma grande população. Isto é, realizou-se um processo de modernização que não alterou significativamente o poder sobre o patrimônio⁵.

Para o capital internacional foi muito útil participar de uma modernização que lhe propiciou o aumento das margens de lucro. Neste sentido, a condição de modernização da economia brasileira já se colocava como fator fundamental para esse aumento, por caracterizar uma fronteira de desenvolvimento do capitalismo industrial baseado na produção em massa. Tal condição permitia às multinacionais aqui instaladas a operação com base em níveis de produtividade bastante inferiores aos dos seus países de origem. Possibilitava-se, desta forma, a exploração extensiva da força de trabalho, principalmente numa condição política na qual os embates ideológicos estavam sendo controlados pelo Estado (seja no caso do populismo, seja no caso da ditadura militar).

Mas a colaboração do Estado neste sentido foi bem mais além. Os investimentos realizados em infraestruturas e indústrias de insumos básicos promoveram as condições fundamentais para o funcionamento das indústrias nacionais e estrangeiras. Neste caso podemos dizer que o Estado teve um importante papel na produção de um espaço propício à industrialização. Na verdade, não apenas propício mas também altamente atrativo, uma vez que tanto no caso das infraestruturas, como transporte e energia, por exemplo, como no caso da produção dos insumos básicos, eram bastante comuns os preços administrados com subsídios para a atração dos investimentos.

⁵ Cf. Novy, *A des-ordem na periferia*.

O mais importante a se destacar neste processo de modernização baseado no nacional-desenvolvimentismo é que as vantagens atingidas pela aliança entre o capital nacional e o internacional, em grande parte, só foram possíveis pelo caráter, em certo sentido, nacional de tal modelo.

Se, por um lado, este caráter nacional pode ser visto como uma tentativa do governo e da população brasileira de promover o desenvolvimento do país, alçando maiores níveis de poder e de qualidade de vida no contexto mundial, por outro, é preciso compreender como esta tentativa se insere no movimento da economia mundial. Neste movimento, a expansão do capitalismo pelo mundo articula as diferenças que encontra tendendo a transformá-las em particularidades num processo no qual são determinadas. Neste sentido, o caráter nacional do desenvolvimentismo brasileiro gerou um espaço particularizado no contexto da economia capitalista mundializada.

O elemento que mais colaborou para isto foi a intensificação de parte dos limites econômicos e políticos entre o interior e o exterior do país. Estes limites são variados e nem sempre ocorreram ao mesmo tempo, mas sempre foram criados pela ação estatal. Em primeiro lugar, podemos destacar a manutenção de uma condição não correspondente à dos países centrais no que tange às relações entre as classes. Como vimos, a aliança fordista entre a classe trabalhadora, o capital e o Estado não foi reproduzida no Brasil. Aqui a política de controle das demandas por uma maior participação da classe trabalhadora na renda nacional permitiu inclusive uma intensificação da concentração de renda em todo o período dominante do modelo nacional-desenvolvimentista, mesmo quando os altos níveis de crescimento econômico promoviam uma melhoria generalizada dos índices de qualidade de vida.

Mas também é preciso destacar que neste espaço econômico particular foram criadas possibilidades de acesso aos insumos básicos melhores em termos de custo do que nos países centrais. Os minérios, o aço, a energia elétrica e o transporte baratos possibilitaram o aumento das margens de lucro das multinacionais. Da mesma forma, foi fundamental neste processo a tendência de intensificação das barreiras alfandegárias, que proporcionou a geração de um cenário de baixa competitividade e baixa produtividade bastante diferente daquele presente no centro da economia capitalista mundial. Podemos dizer que a ação estatal gerou, em parte, um fechamento da economia e da política nacionais a algumas tendências presentes no cenário mundial, criando um espaço econômico protegido, basicamente, da crescente concorrência intercapitalista e um espaço político protegido dos embates ideológicos entre capitalismo e socialismo real.

No entanto, este fechamento não foi total. Ao contrário, devido à aliança com o capital internacional, é preciso entender o nacional-desenvolvimentismo não apenas como

um programa de modernização interna liderado pela intervenção direta do Estado, mas também como uma forma de integração da economia brasileira à economia mundial.

Se durante o modelo primário-exportador a integração da economia brasileira se deu basicamente pela dimensão comercial, o desenvolvimento do modelo urbano-industrial através do nacional-desenvolvimentismo levou a uma integração através dos fluxos financeiros⁶. Se por um lado as medidas governamentais isolavam o país das tendências políticas e da concorrência intercapitalista, por outro, o desenvolvimentismo dependeu de fontes externas de financiamento, as quais só existiram porque havia a possibilidade de remessas de lucro e de pagamento de juros ao exterior.

Estes fluxos de capital financeiro entre o exterior e o interior do país caracterizam a condição de particularidade da economia brasileira em relação à economia mundial durante o domínio do modelo fordista-keynesiano em escala mundial e do modelo nacional-desenvolvimentista em escala nacional. Esta particularidade permitia que os fluxos de capitais internacionais atingissem no interior do país altas taxas de lucro graças às condições políticas e econômicas especificamente nacionais.

Nos termos com que tratamos o processo de reprodução do capital no item anterior, poderíamos dizer que a riqueza abstrata vinda dos países centrais – nos quais ela encontrava sérias dificuldades para completar o processo de valorização – materializava-se no interior da economia brasileira, o que lhe possibilitava cumprir o processo de valorização através de condições privilegiadas para a produção e valores-de-uso e sua realização como mercadorias no interior do país. Feito isso, parte desta riqueza abstrata, agora ampliada, fluía novamente para os países centrais em forma de remessas de lucro, pagamento de royalties e de juros.

A ambigüidade do caráter nacional da política econômica garantia, por um lado, a própria existência das condições favoráveis à efetivação do processo de valorização do capital internacional no interior da economia nacional. Mas, por outro, produzia a exigência de que este processo de valorização só ocorresse com a efetiva produção de bens materiais nas fábricas instaladas ou nas grandes obras realizadas em território brasileiro. Pode-se dizer que, no mínimo, havia uma troca de favores entre a elite nacional e a internacional, na qual a integração da economia brasileira na economia mundial garantia o crescimento econômico do país e, ao mesmo tempo, a reprodução do capital em escala mundial.

3. A crise do capital e sua nova forma de reprodução em escala mundial.

O desenvolvimento do modelo fordista-keynesiano intensificou as contradições do capital, levando o modo de produção capitalista a ingressar numa reprodução crítica, isto é,

⁶ Cf. Novy, *A des-ordem na periferia*.

uma reprodução na crise. Muitos são os elementos que caracterizam a instauração desta crise permanente desde a década de 1970, no entanto, como estratégia de exposição, destacarei o endividamento estatal e a queda das taxas de lucro das empresas no processo produtivo, o que facilitará o tratamento de muitos outros pontos fundamentais ao entendimento do problema.

No caso das empresas, a queda da taxa de lucro se deu pela saturação da capacidade produtiva em nível mundial, saturação esta provocada pelo próprio desenvolvimento do modelo fordista.

Nas primeiras décadas do período pós-guerra, os constantes aumentos de produtividade, aliados aos aumentos salariais, à criação do Welfare State e aos investimentos das multinacionais nos países periféricos, fizeram com que se criasse um longo período de crescimento econômico.

No máximo em torno de 1970⁷ este modelo de acumulação perdeu vitalidade. Colaborou para isso, em primeiro lugar, o próprio sucesso da reconstrução europeia e japonesa, que tornou a concorrência entre os centros do capitalismo mundial uma efetividade⁸. Mas não foi diferente com a industrialização dos países periféricos, em particular os do Leste Europeu, que pelo nível de produtividade alcançado passaram a ter condições de concorrer com as economias centrais na comercialização de produtos industrializados.

A coexistência destes centros econômicos não apenas gerou uma intensificação da concorrência intercapitalista. Gerou também uma grande capacidade produtiva ociosa, já que o volume de capital investido nestes centros produtivos é muito maior do que suas possibilidades de realização como valor que se valoriza.

Outro sucesso do fordismo que aprofundou este problema foi o aumento do nível de produtividade realizado pela união de máquinas complexas e novos métodos de organização do trabalho⁹. Os níveis de produtividade alcançados levaram a uma necessidade cada vez menor de força de trabalho, dificultando, desta forma o próprio processo de valorização, o qual só pode efetivamente ocorrer através do acréscimo de trabalho vivo (força de trabalho) ao trabalho morto (capital constante). O aumento do último em relação ao primeiro leva ao que Marx chamou de aumento da composição orgânica do capital e, conseqüentemente, à queda tendencial da taxa de lucro. O que para Kurz¹⁰ seria o

⁷ Para Harvey (1992) os limites do modelo fordista já começam a transparecer em meados da década de 1960. Para Brenner (2003), no caso dos EUA, a vitalidade do modelo começa a desaparecer após a Guerra da Coreia, portanto em meados da década de 1950.

⁸ Cf. Brenner, *O boom e a bolha*.

⁹ Cf. Harvey, *A condição pós-moderna*.

¹⁰ Cf. Kurz, *Colapso da modernização*.

fundamento da crise atual, e possivelmente o colapso do modo de produção capitalista, que para ele se traduz como a impossibilidade do capital explorar o trabalho.

No caso do Estado, ao longo das décadas de 1950 e 1960 generalizou-se uma orientação keynesiana, no sentido de um Estado intervencionista que cresceu em suas ações na economia com o objetivo de criar e recriar as bases sociais para a acumulação. Neste caso pode-se identificar três casos diferentes.

Os EUA, em sua posição de potência hegemônica do bloco capitalista durante a Guerra Fria, aumentaram constantemente seus gastos primeiramente com a reconstrução da Europa e do Japão, em seguida com a corrida armamentista e com suas ações militares, sendo a Guerra do Vietnã o melhor exemplo. Os países europeus se destacaram na criação do Welfare State, que chegou a representar grande parte do salário real dos trabalhadores em países do norte da Europa. Já alguns países periféricos promoveram uma industrialização recuperadora com forte intervenção estatal, ampliando assim suas dívidas externas.

Tanto no caso da saturação da capacidade produtiva das empresas como no caso do endividamento dos Estados podemos encontrar as origens de um processo fundamental para entender a crise atual, qual seja, a expansão desmedida do mercado financeiro mundial. Tal expansão foi determinada por dois aspectos¹¹. Por um lado, se organizaram novos grupos de atuação no mercado financeiro, como os fundos de investimento mútuo e os fundos de pensão. Por outro, foram criados novos instrumentos e novas regras para a atuação destes grupos no mercado financeiro mundializado. A relação destes aspectos, que podem ser considerados resultados da crise sistêmica de reprodução do capital, levou a uma ampla reorganização da economia capitalista mundial, ainda em movimento. Esta reorganização pode ser vista como uma financeirização da economia capitalista em escala mundial ou como uma mundialização financeira (Chesnais, 1996).

Antes de descrever os dois aspectos citados acima, pode ser interessante explorarmos alguns significados do capital financeiro em sua relação com a crise de reprodução do capital.

A origem desta forma de capital é o sistema de crédito. Este, por sua vez, tem a importante função, no capitalismo, de minimizar os riscos inerentes ao processo de reprodução. Como vimos no primeiro item deste trabalho, o capital, para cumprir seu objetivo (a valorização), tem de passar por algumas etapas no processo de produção de mercadorias, estas etapas são sintetizadas na fórmula D-M-D'. O capital-dinheiro tem de se transformar em capital-mercadoria (no caso as mercadorias são os fatores de produção, isto

¹¹ Cf. Harvey, *A Condição pós-moderna* ou Chesnais, *A mundialização do capital*.

é, meios de produção, força de trabalho e insumos em geral) para posteriormente voltar à forma de capital-dinheiro, agora ampliado.

Em cada uma destas passagens há o risco de sua não realização. Para explorar um aspecto que me interessa na presente discussão, a dimensão temporal caracteriza bem a existência deste risco. Como as passagens de uma forma de capital a outra têm de ocorrer sucessivamente no tempo, isto é, primeiro é preciso comprar os fatores de produção para em seguida produzir e só depois vender a mercadoria, sempre há o risco de os instantes em que cada passo deve ser dado não coincidirem com as possibilidades de sua realização. Por exemplo, num momento em que há força de trabalho disponível pode não haver capital-dinheiro disponível para adquiri-la. O mesmo podendo ocorrer no momento de venda da mercadoria, por algum motivo as pessoas podem não ter dinheiro para comprá-la. Enfim, podem ocorrer constantes desencontros temporais no processo de reprodução do capital que levam à permanente presença da possibilidade de crise.

O sistema de crédito pode minimizar estes problemas ao criar a possibilidade de “deslocamento da riqueza no tempo” ou, melhor dizendo, possibilitando uma sincronização das necessidades da produção. Esta possibilidade surge pela capacidade que este sistema tem de coordenar os interesses do capitalista individual com os interesses dos capitalistas como classe¹². O que ocorre neste caso é que o capital-dinheiro de alguns capitalistas que não conseguem investi-lo no processo produtivo ou, simplesmente, não vêm vantagem em fazê-lo, entra no sistema como capital disponível para aqueles que querem realizar um investimento e não o têm. Estes últimos representam o interesse geral da classe capitalista, que é o de levar adiante o processo de reprodução do capital e das relações capitalistas de produção. Como eles terão de pagar juros sobre o capital-dinheiro a eles cedido, estarão contribuindo para a realização dos interesses individuais dos capitalistas que puseram seu capital à disposição para ser emprestado no sistema de crédito. Neste processo podemos identificar uma sincronização das necessidades da produção, porque o trabalho futuro pode ser usado no presente.

No entanto, o capital-dinheiro disponível para empréstimo tem de ser controlado por alguém, o que aponta para a importância do sistema bancário para garantir a continuidade da acumulação capitalista. Por outro lado, como os bancos não podem gerar a valorização do capital (apesar de muitos acreditarem na autonomia da fórmula $D-D'$), uma vez que o valor só pode ser gerado com a produção de valores-de-uso nas fábricas, o sistema de crédito não tem autonomia em relação às atividades propriamente produtivas. Por isso, segundo Harvey (1999), o *capital financeiro* foi identificado por Hilferding como uma união entre o capital bancário e o capital industrial. Foi também esta forma de capital aquela

¹² Cf. Harvey, *The limits to capital*.

identificada por Lênin como fundamento do capitalismo no período do Imperialismo. Isso significa que mesmo sendo um produto das próprias contradições do capital¹³, o que se chama de capital financeiro só pode existir através de uma organização de grupos que passam a manipular o sistema de crédito como uma forma de realizar seus interesses de acumulação¹⁴.

Atualmente, no entanto, parece que as relações de poder em torno do capital financeiro vêm se alterando, o que nos leva de volta aos aspectos da financeirização que alguns parágrafos acima deixamos de lado para poder pensar um pouco no significado do capital financeiro em sua relação com a crise do capital. Estes aspectos eram a formação de novos grupos de atuação no mercado financeiro e a criação de novas regras e novos instrumentos para a ação de tais grupos.

Como acho mais interessante para o entendimento a busca das origens das mudanças sociais no movimento geral de transformação da sociedade e não na ação conspiratória deste ou daquele grupo (apesar de tais ações efetivamente existirem como veremos a seguir), prefiro começar explicando o surgimento dos novos instrumentos e das novas regras de atuação no mercado financeiro como produtos da própria reprodução crítica do capital, característica da crise do modelo fordista-keynesiano.

A conexão-chave entre a expansão financeira e a crise fordista está na necessidade de se intensificar a função do sistema de crédito como minimizador das possibilidades de não realização da reprodução do capital. Isto vale tanto para as empresas como para o Estado.

No caso deste último, o endividamento ligado, como vimos, aos gastos do governo dos EUA com a reconstrução da Europa e do Japão e com a Guerra do Vietnã, aos gastos dos países europeus com a formação do Welfare State e aos gastos de alguns países periféricos com suas industrializações recuperadoras, levou à necessidade de um intenso aumento da liquidez no sistema monetário internacional. Este aumento de liquidez levou a processos como a formação dos mercados de eurodólares, à necessidade de reciclagem dos petrodólares e, conseqüentemente, ao fim da paridade dólar-ouro garantida pelo acordo

¹³ É interessante lembrar que, por um lado, só pode haver capital financeiro graças à possibilidade de separação entre o valor-de-uso e o valor-de-troca, isto é, à possibilidade de abstração da riqueza na economia capitalista. Por outro, no entanto, é esta mesma possibilidade que gera a constante presença potencial da crise como não realização do processo de valorização do capital. Neste sentido, o capital financeiro é tanto um produto das contradições do capital como uma forma de minimizar estas contradições.

¹⁴ Segundo Arrighi (1996), grupos ligados ao capital financeiro e promovedores de processos de financeirização da economia capitalista já existem há muito tempo. Para este autor, a financeirização é um sinal de crise de um determinado modelo de acumulação ou, nas palavras do autor, o fim de um "ciclo sistêmico de acumulação". Portanto, para ele, processos de expansão financeira já vêm ocorrendo desde o século XV.

de Bretton Woods desde 1944. Como consequência, as taxas de câmbio ficaram muito mais variáveis do que antes, o que trouxe a possibilidade da especulação no mercado de moedas. Os movimentos especulativos, por sua vez, aumentaram a instabilidade da economia mundial, o que se tornou mais um entrave para a continuidade das bases sólidas do ciclo de acumulação das primeiras décadas após a Segunda Guerra Mundial¹⁵.

Como, mesmo assim, o endividamento estatal continuou crescendo, generalizou-se a estratégia de emissão de títulos da dívida pública por parte dos governos do mundo todo. Estes títulos não são nada mais que uma nova forma do governo emprestar dinheiro. No entanto, o caráter de novidade que ela contém leva a importantes alterações no comportamento do Estado em relação ao mercado, como veremos no próximo item.

No caso das empresas, a necessidade de investimentos trazida pelo modelo fordismo para aumentar os níveis de produtividade – necessidade esta intensificada pelo aumento da concorrência intercapitalista característica da década de 1960 em diante – levou à generalização do mercado futuro de ações como forma de capitalização. Isto somado à instabilidade advinda do fim da paridade dólar-ouro, promoveu a intensificação dos processos de aquisições e fusões entre as empresas. Processos estes que ocorrem basicamente através do mercado financeiro.

Para sintetizar o problema, podemos dizer que tanto no caso das empresas como no caso dos governos, deu-se uma intensificação do uso de métodos que levam a um crescente abuso do recurso propiciado pelo sistema de crédito, qual seja, o de utilizar o trabalho futuro no presente. Para Harvey (1992) este processo promoveu a introdução do futuro no presente. Para Kurz (1999) o que houve foi uma virtualização da economia, caracterizada pelo fato de que “as empresas, assim como os Estados, passaram a depender cada vez mais da antecipação de receitas futuras”.

A intensa busca por crédito favoreceu a constituição de novos grupos de atuação no mercado financeiro, o que nos leva ao segundo aspecto da expansão financeira. Estes novos grupos se constituíram como fundos de pensão e fundos mútuos de investimento, principalmente. Tanto num caso como no outro há um grande acúmulo de capital-dinheiro advindo da poupança das famílias das economias centrais e das próprias empresas que não vêem vantagem em reinvestir todo seu lucro no aumento da produção ou da produtividade em um contexto de saturação da capacidade produtiva.

Estes fundos se tornaram a grande opção à queda cada vez mais intensa das taxas de lucro na produção de mercadorias por parte das empresas¹⁶ e, ao mesmo tempo, a

¹⁵ Cf. Harvey, *A condição pós-moderna*.

¹⁶ Cf. Kurz, *A virtualização da economia: mercados financeiros transnacionais e a crise da regulação*.

principal fonte de empréstimos por parte dos governos. Com isso, produziu-se um amplo conjunto de transformações no mercado financeiro mundial.

Em primeiro lugar, se antigamente os bancos representavam os principais agentes deste mercado, agora esta posição foi assumida pelos fundos, o que por sua vez diminuiu o poder de regulação dos Estados nacionais sobre os sistemas financeiros. Em segundo lugar, a dependência dos governos em relação a estes fundos aumentou muito o poder de negociação destes últimos para impor uma série de alterações nas regras deste mercado. Estas modificações (que veremos mais detalhadamente no item à frente sobre a adaptação da economia brasileira ao neoliberalismo) vão no sentido de promover a liberalização dos mercados financeiros nacionais o que, por sua vez, tem a função de ampliar as condições de busca de rendimentos por parte destes fundos.

Desta forma, merece destaque ainda a lógica de atuação característica dos fundos de investimento e as conseqüências de sua generalização. Por não estarem ligados de forma permanente aos processos produtivos, os capitais originados destes fundos têm uma postura claramente rentista. Uma lógica de investimento totalmente baseada na forma abstrata da riqueza, ou seja, na idéia de gerar dinheiro com dinheiro (a velha ilusão expressa na fórmula D-D').

Como as possibilidades de efetivar esta pretensão são muito grandes num contexto no qual os Estados e as empresas precisam desesperadamente atrair os investimentos destes fundos, os rendimentos são também cada vez maiores. Ao mesmo tempo, como as possibilidades de aumentar as taxas de lucro na produção de mercadorias continuam raras e como os Estados continuam tendo que emprestar dinheiro para pagar as dívidas que fizeram para pagar as dívidas que fizeram para pagar as dívidas que fizeram... tanto empresas como Estados passam a agir de acordo com a lógica do capital financeiro especulativo. A esta mudança daremos mais atenção nos itens a seguir.

4. As relações entre Estado e Mercado no neoliberalismo

Em seu livro *A mundialização financeira*, François Chesnais inicia sua discussão propondo “decifrar palavras carregadas de ideologia”, dando atenção principalmente ao termo “global” e seus derivados. Para Chesnais a preferência pelo uso do termo globalização não é neutra e representa uma tentativa de manter a ambigüidade e dificultar a compreensão dos processos envolvidos.

Algo parecido ocorre com o termo neoliberalismo. Apesar de não ser utilizado pelos seus defensores, o neoliberalismo se transformou no rótulo para identificar as políticas econômicas guiadas pela desregulamentação, pela abertura de mercado e pelas privatizações. Portanto, o Estado neoliberal passou a ser visto como aquele que se retira da

economia, abandonando-a ao domínio das leis do mercado. Como já destaquei em outra ocasião¹⁷, esta visão simplista divide o cenário político em dois grandes grupos. De um lado aqueles que consideram que a crise atual é originada na presença muito intensa do Estado na economia, sendo a minimização desta presença a melhor solução possível. De outro lado, estão aqueles que vêem a origem do problema na diminuição da presença do Estado na economia, sendo o aumento desta presença a solução. Isto é, para uns o problema é muito Estado, para outros o problema é pouco Estado.

Na tentativa de melhorar o entendimento da questão, vejamos as opiniões de alguns autores. Começando por Giovanni Arrighi (2003), que ao analisar o papel dos governos conservadores que passaram a dominar a política americana e britânica a partir de 1980, nos diz que “a despeito de sua retórica de Estado minimalista [...] a principal investida na resposta da dupla Thatcher-Reagan foi fazer uso de um Estado inchado para esvaziar o poder social dos trabalhadores do Primeiro Mundo e dos Povos do Terceiro Mundo, numa tentativa de reconquistar a confiança e o apoio de um capital crescentemente transnacional e volátil”. A esta idéia poderia ser contraposto o argumento de que os países centrais recomendam o neoliberalismo para o mundo mas não o põem em prática em casa. Para evitar este tipo de confusão, façamos uma reflexão mais ligada aos fundamentos do que se denomina de mercado e do que se denomina de Estado.

Para Henri Lefebvre (1977), a forma abstrata própria da troca de mercadorias é também fundante das relações sociais abstratas características do direito e, portanto, do Estado. A troca de mercadorias é uma troca de coisas que não são, a priori, iguais. É preciso que haja uma equalização do desigual, ou como já vimos no início deste texto, é preciso se dar um processo de abstração. Este processo, no entanto, tem de se repetir o tempo todo em uma economia de mercado, o que torna necessária a imposição permanente da abstração, ou seja, uma abstração concreta. Esta concretização da abstração só pode se dar pela presença do Estado, através da garantia de validade do direito, da moeda, dos códigos etc. As relações sociais inicialmente imediatas e, por isso concretas, vão se tornando mediatizadas pela efetivação da abstração pela economia de mercado e pelo Estado.

Da mesma forma, para Kurz (1997), os elementos que caracterizam o Estado não são tão antagônicos em relação aos que caracterizam o mercado, o que pode ser verificado quando este autor afirma que “quanto mais a economia de mercado e, com ela, a relação monetária abstrata se expandem, tanto menor se torna a força vinculativa das formas de relações tradicionais, pré-modernas, e tanto mais as ações e relações sociais precisam ser postas na forma abstrata do Direito e, neste sentido, ser codificadas juridicamente”. Além do

¹⁷ Cf. Cruz, “Considerações sobre as relações entre mercado e Estado”

que, sendo o capitalismo um modo de produção contraditório que, como vimos, precisa estar constantemente revolucionando a realidade para se instaurar de forma a tornar possível o processo de reprodução das relações sociais que o fundamentam, não é possível pensar no capitalismo sem pensar no Estado, o que significa para Kurz (1992) que, “quanto mais total for o mercado, mais total será o Estado”.

Retornando a Giovanni Arrighi, é interessante citar de forma bem sucinta o percurso realizado por este autor em sua obra *O longo século XX*. Para este autor, o capitalismo vem se desenvolvendo por meio da sucessão de *ciclos sistêmicos de acumulação*. Cada um destes ciclos é caracterizado pela hegemonia de um ou mais países (com exceção dos primeiros que são liderados pelas cidades-estado do Norte da Itália e por Flandres), os quais só conquistaram esta hegemonia por produzir o que o autor denomina de uma *internalização* importante para dar continuidade ao processo de acumulação. Alguns destaques neste sentido são a internalização dos custos de proteção pela aliança entre Veneza e Flandres, a internalização dos custos de produção pelo Reino Unido e a internalização dos custos de transação pelos EUA. Mas afinal, o que significam estes processos de internalização?

Quando Arrighi afirma que a aliança Veneza/Flandres internalizou os custos de proteção, está se referindo ao fato de que os gastos militares foram submetidos à lógica da acumulação de riqueza abstrata. Ao contrário dos espanhóis e portugueses que por seguirem uma lógica de poder territorialista gastaram em seus projetos de colonização mais do que lucraram, na aliança Veneza/Flandres, os gastos seguiram uma lógica propriamente capitalista. Da mesma forma, ao desenvolverem a indústria moderna, os ingleses submeteram o processo de produção à lógica capitalista. E o mesmo fizeram os norte-americanos com os custos de transação ao desenvolverem o modelo da grande empresa moderna e levá-lo, através das ações do Estado¹⁸, a todo o mundo, originando estratégias de organização empresarial como o taylorismo e o fordismo.

O que importa perceber é que no percurso traçado por Arrighi, Estado e Mercado sempre estiveram presentes e mais do que assumiram uma posição de controle um em relação ao outro, ambos só conseguiram efetivar sua hegemonia ao internalizar a lógica capitalista. Como esta lógica é a da abstração, a da equalização do desigual e da busca da riqueza em sua forma abstrata, ao que parece, cada processo de internalização descrito por Arrighi só se realizou ao excluir do âmbito no qual estava se dando outros conteúdos que não os da lógica capitalista. Ao internalizar os custos de proteção, o Estado deixa de gastar dinheiro¹⁹ com aquilo que não interessa à acumulação de capital. Ao internalizar os custos

¹⁸ Destaca-se neste sentido a criação do acordo de Bretton Woods.

¹⁹ Claro que esta é apenas uma tendência e caracteriza os Estados que passaram a ser hegemônicos desde, aproximadamente, o século XVII, isto é, esta internalização não é uma regra que passou a ser

de produção, as empresas eliminam (ou buscam eliminar) as “irracionalidades” do processo produtivo que anteriormente era realizado por populações tradicionais com relações e métodos de trabalho pré-modernos na Ásia, na América e mesmo na Europa. As mesmas “irracionalidades”, só que agora presentes nos processos de transação das empresas, são eliminados pelos norte-americanos através de suas multinacionais. Lendo de trás para frente, os processos de internalização da lógica capitalista são, também, processos de externalização de lógicas não propriamente capitalistas.

Voltando à primeira citação de Arrighi parágrafos acima, é interessante pensar que o Estado visto como neoliberal ao realizar suas privatizações, suas desregulamentações e suas aberturas de mercado, está externalizando aquilo que o modelo fordista-keynesiano tinha de não propriamente capitalista “numa tentativa de reconquistar a confiança e o apoio de um capital crescentemente transnacional e volátil”. Os detalhes desta nova postura do Estado em relação aos novos requerimentos do capital, serão analisados no caso específico do Brasil.

5. A integração da economia brasileira no neoliberalismo

Para Santos & Silveira (2001) a participação dos países subdesenvolvidos na divisão internacional do trabalho até a década de 1970, “respondia a uma equação na qual o processo de internacionalização era limitado em função de relações privilegiadas entre Estados. Desse modo a instância política obtinha certa ascendência sobre a instância econômica.” Já, para definir a posição do Brasil no contexto da globalização, estes mesmos autores afirmam que a “lógica das grandes empresas, internacionais e nacionais, constitui um dado da produção da política interna e da política internacional de cada país”. Isto, no entanto, não significa para eles o fim do Estado-nação ou dos espaços nacionais, mas sim a criação de um “espaço nacional da economia internacional”. Para analisar os sentidos desta mudança, vejamos como ela se deu no Brasil.

Como vimos no item 2 acima, o nacional-desenvolvimentismo brasileiro vigente até a década de 1980 caracterizou-se, por um lado, como um projeto de desenvolvimento da economia nacional e, por outro, como uma forma de inserção da economia brasileira na economia mundial. Estes dois aspectos da política econômica desenvolvimentista estiveram ligados a um certo caráter nacionalista, o qual propiciava a preocupação política com o crescimento da economia nacional e, ao mesmo tempo, um certo isolamento em relação ao mundo que gerava as condições privilegiadas para a busca de altas margens de lucro por parte do capital internacional.

adotada por todos os Estados, mas sim a norma de eficiência imposta pelo processo de reprodução do capital.

Após 1982 – marco de início da crise das dívidas externas dos países latino-americanos – o governo brasileiro passou a lidar com a crise do nacional-desenvolvimentismo, crise esta determinada externamente pelas mudanças próprias à crise do capital em nível mundial (destacando-se a reestruturação produtiva, a liberalização dos mercados e o aumento de poder dos conglomerados transnacionais) e, internamente, pela crise fiscal agravada pela recessão e pela crise da dívida externa. A principal preocupação dos governos até 1990 foi o combate à inflação.

Já com a entrada no governo de Fernando Collor de Melo as políticas governamentais começam a ter um caráter mais amplo do que o simples combate à inflação. A preocupação passa a ser a “reinserção” do Brasil na economia mundial. É a partir de então que começam a ganhar força os discursos sobre a inevitabilidade da adaptação ao processo de globalização.

Com a passagem, no âmbito mundial, do modelo fordista-keynesiano ao modelo de acumulação flexível, o Brasil se viu numa situação crítica marcada pela impossibilidade de manutenção da antiga forma de inserção na economia mundial. O momento impunha um rompimento com o modelo neoliberal que vinha ganhando força ou uma adaptação a ele. Como sabemos, a segunda opção foi a que venceu e foi implementada ao longo da década de 1990.

A adoção de uma postura neoliberal está ligada a várias transformações econômicas e políticas como, por exemplo, a reestruturação produtiva e a flexibilização das relações trabalhistas. No entanto, gostaria de destacar um ponto que se não for o principal, sem dúvida deve ser visto como determinante da política econômica governamental, qual seja, a adaptação ao processo de financeirização da economia capitalista mundial.

Como vimos no item 3 acima, a crise do capital ligada à queda das taxas de lucro no setor produtivo e ao crescente endividamento do Estado, levou a um processo de expansão do setor financeiro. Tal expansão criou novos instrumentos e novos grupos de poder que passaram a caracterizar a financeirização da economia. Neste processo, os fundos de investimento ganharam mais força que as empresas e bancos que tradicionalmente estavam no topo da economia mundial.

A consequência desta novidade é a alteração geral da lógica de atuação do capital internacional. Alteração esta que pretende atender a capitais especulativos de curtíssimo prazo²⁰. São da essência destes grupos “estratégias que consistem em ‘largar’ o valor, o título ou a moeda que era anteriormente prioridade para tentar, geralmente num momento de pânico, encontrar refúgio em outro produto [...], buscando atender à necessidade de alta

²⁰ Filgueras, 2000, p.34.

liquidez e rápido retorno”²¹. Por isso, mudaram as exigências do capital internacional para com os Estados nacionais, os quais, segundo Filgueiras (2000), tiveram que “criar novos espaços de acumulação e novas oportunidades de investimento para os capitais privados.”

O primeiro grande conjunto de alterações para a criação destes novos espaços de acumulação pode ser sintetizado na dupla abertura/desregulamentação do setor financeiro. Segundo Filgueiras (2000) a abertura das fronteiras neste caso significa mais liberdade para os capitais transitarem entre o interior e o exterior da economia nacional e, também, mais liberdade para transitarem de um tipo de investimento para outro. O que estes dois tipos de abertura significam é, precisamente, menos regulamentação e, portanto, mais liberdade para estes fluxos de capital financeiro.

Na prática, destacam-se como pontos da abertura e da desregulamentação ocorridas no Brasil ao longo da década de 1990, a flexibilização das regras para a entrada de investidores estrangeiros, permitindo o investimento de fundos de pensão, companhias de seguro, instituições financeiras estrangeiras, fundos de investimentos *constituídos no exterior* etc. Considerando, ainda, que as mudanças de legislação concedem a estes investidores ampla liberdade na constituição das carteiras de investimento e, como se não bastasse, isenta os investidores estrangeiros coletivos (fundos) de tributação sobre os ganhos de capital em ações²².

Para Fiori (2001) o que explica este processo de desregulamentação é, principalmente, a necessidade crescente dos governos nacionais de conseguirem empréstimos através da venda de títulos da dívida pública, títulos estes negociados no mercado financeiro doméstico, o qual para ser atrativo tem de cumprir as exigências dos grandes investidores internacionais.

Prates (1999) destaca, neste sentido, que é característica fundamental das mudanças que vem ocorrendo no mercado financeiro mundial a “expansão da dívida direta ante o mercado de crédito bancário”. Assim como, “os investimentos de portfólio – aquisição de títulos de renda fixa e ações – constituem atualmente o principal componente dos fluxos de capitais globais e daqueles direcionados aos países em desenvolvimento, ante os empréstimos bancários sindicalizados, que predominavam nos anos 70”²³. Isto significa que se estabeleceu um predomínio de fluxos de capital com muito menos controle do que havia até a década de 1970 e que, inclusive, os governos passaram a depender deste tipo de capital para cobrir suas dívidas através da emissão de títulos.

²¹ Fiori, 2001, p.122.

²² Prates, 1999, p.18 e 19

²³ Prates, 1999, p.17.

A grande diferença entre emprestar dinheiro de um banco sindicalizado e vender títulos da dívida é que, do ponto de vista de quem está comprando os títulos, a segurança aumenta muito. Os títulos são negociáveis, possuindo, desta forma, um caráter de investimento muito mais “puro” do que os empréstimos feitos através dos bancos. É interessante destacar, neste sentido, que os negócios feitos com estes títulos vão constantemente refletir a avaliação que os investidores fazem em relação a tais títulos, isto é, em relação à política do governo que os emite. Apoiar-se na venda de títulos da dívida pública, portanto, é uma política que envolve necessariamente perda de margem de manobra por parte do governo.

Esta perda pode ser verificada em duas atitudes que se transformaram em dogmas da política econômica, principalmente de economias periféricas como no caso do Brasil. Em primeiro lugar as políticas de estabilização da moeda, necessárias para atrair investidores que estão pouco preocupados com a produção, já que estão colocando seu dinheiro no mercado financeiro e, neste sentido, precisam ter uma moeda minimamente estável para não perderem seu dinheiro. Em segundo lugar, as altas taxas de juros, as quais emperram o crescimento do setor produtivo mas alimentam os ganhos daqueles que estão investido em títulos da dívida pública, que são corrigidos, justamente, por estas altas taxas de juros²⁴.

A fixação destes padrões de ação governamental nos remete novamente à reflexão sobre as novas relações entre Estado e Mercado. Ao estudar estes novos parâmetros da política econômica não faz sentido continuar afirmando que o Estado se retirou da economia e que se transformou num Estado mínimo. Pelo contrário, ele está muito presente, apesar de ter mudado sua forma de agir, indo naquele sentido que foi destacado no fim do item anterior que é o de promover uma externalização das lógicas que não se adequam às exigências deste capital que busca a máxima fluidez possível. E como um exemplo destas externalizações, veja-se a seguinte afirmação de Fiori (2001),

Como garantia do empréstimo internacional organizado pelo FMI e pelo BIS, o governo [brasileiro] ofereceu uma transferência de “uma capacidade de decisão”, que transformou o país na primeira cobaia internacional de um experimento que combina, num “mercado emergente”, a aceitação contratual e compulsiva das regras e prescrições do Acordo Multilateral de Investimentos [...] com as regras que já aceitou da OMC. O governo proibiu-se, automaticamente, o uso de qualquer tipo de controle do movimento de capitais, investimentos e remessas de lucros e dividendos e de qualquer tipo de política industrial ou comercial. Compromete-se, além disso, com a automática elevação da taxa interna de juros em caso de perda de reservas e aumento da inflação, delegando ao FMI

²⁴ Sobre a importância das políticas de estabilização das moedas e manutenção de juros altos, cf, Fiori (2001 e 2001a), Filgueiras (2000) e Prates (1999).

o controle “informal” e mensal de sua política monetária e trimestral de sua política fiscal o país fica praticamente sem margem de manobra em sua política monetária – puramente reativa – fiscal, comercial ou industrial.

Medidas como estas tem o sentido claro de tornar a política econômica o mais próximo possível da lógica própria à acumulação, eliminando os riscos para o capital. Eliminar os riscos de sua não valorização ao garantir compensações entre os elementos da economia. Taxas de inflação e de juros, política monetária, fiscal e grandeza das reservas, entram num jogo no qual as regras já estão pré-definidas pelo acordo assinado. Definidas de uma maneira que privilegia a segurança dos investidores numa economia na qual cada vez menos eles precisam fixar seu capital em atividades produtivas com muitos obstáculos ao processo de valorização.

O modelo de inserção da economia brasileira na economia mundial é, hoje, completamente diferente do de trinta anos atrás. Ele caracteriza uma nova forma de particularização da economia nacional como um momento do processo de reprodução do capital em escala mundial. Se durante o nacional-desenvolvimentismo a forma de inserção era definida pela aliança entre o capital nacional e as multinacionais, privilegiando um certo fechamento da economia, hoje a aliança de classes é redefinida, assim como surge uma abertura ao capital financeiro. Esta nova forma de particularização permite mais fluidez a um capital rentista que evita a fixidez ao tentar aniquilar os nexos com a realidade alheia à sua própria lógica.

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Unesp, 1996.
- _____. “Globalização e macrosociologia histórica”, in *Revista de Sociologia e Política*, n. 20. Curitiba: UFPR, 06/2003
- BRENNER, Robert. *O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. “Novas contradições do espaço”. In DAMIANI, Amélia Luiza; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima. (organizadoras). *O Espaço no fim do século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CRUZ, Murilo M. N. da. “Considerações sobre as relações entre mercado e Estado”. Artigo publicado nos Anais do I Seminário de Pesquisa em Geografia – FFLCH/USP, 2003.
- FIORI, José Luís. “Acumulação mundial e ingovernabilidade”, in FIORI, José Luís. *Brasil no Espaço*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- _____. *60 lições dos 90: uma década de neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2001a.
- FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- GRESPLAN, Jorge Luis da Silva. *O negativo do Capital*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. *The Limits to capital*. London: Verso, 1999

JAMESON, Fredric. *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*. Petrópolis: Vozes, 2001.

KOSMINSKY, Ethel e ANDRADE, Margarida. “O Estado e as classes sociais” in MARTINS, José de Souza Martins (org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. “Virtualização da economia – mercados financeiros transnacionais e a crise da regulação”. Artigo publicado no Jornal Folha de São Paulo, de 23/05/99.

_____. “A falta de autonomia do Estado e os limites da política” in: KURZ, Robert. *Os Últimos combates*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LEFEBVRE, Henri. *De l'État, Tomo III, Le mode production étatique*. Paris: U.G.E., 1977.

_____. *Tiempos equívocos*. Barcelona: Editorial Kairós, 1976.

_____. *O fim da história*. Lisboa: Dom Quixote, 1971.

_____. *La production de l'Espace*. Paris: Anthropos, 1981.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

NOVY, Andreas. *A des-ordem na periferia: 500 anos de espaço e poder no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.

PRATES, Daniela Magalhães. “Investimento de portfólio no mercado financeiro doméstico”, in FREITAS, Maria Cristina Penido de (org.). *Abertura do sistema financeiro no Brasil nos anos 90*. São Paulo: Fundap: Fapesp. Brasília: Ipea, 1999.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico e Civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.